



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	4864/989/18
Poder	LEGISLATIVO
Município	Monte Alegre do Sul
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DO SUL
Período	07/2018
Relator	Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora	UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU
Responsável	JOAO LUIZ DE SOUZA JUNIOR
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	362.072.778-30
Período de Gestão	01/01/2018 a <i>dado não informado</i>

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

O município não entregou os balancetes Conjunto/Isolado essenciais para a análise do período.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 182.400,04
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 10.469,78
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 28.757,44
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 29.890,43
(=) Liquidez do Período	R\$ 113.282,39
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 502.083,38
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 615.365,77
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0,00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

A verificação da situação de liquidez apresenta superávit no resultado do período atual e equilíbrio no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 21/09/2018

Hora da Geração: 22:44:34